



## CENÁRIO DE REGULAMENTAÇÃO DE VENDA DE ALIMENTOS E BEBIDAS EM CANTINAS ESCOLARES NO BRASIL

III Seminário Latino-Americano sobre Ambiente Alimentar e Saúde, 3ª edição, de 28/10/2021 a 29/10/2021  
ISBN dos Anais: 978-65-89908-74-6

**BARATA; Mayra Figueiredo <sup>1</sup>, GOUVEIA; Luiza Antoniazzi Gomes de <sup>2</sup>, DURIGAN; Gabriel Durigan <sup>3</sup>, SILVA; Evelyn Oliveira da <sup>4</sup>, XAVIER; Ana Luísa da Silva Xavier <sup>5</sup>, BOKLISBERER; Mirena <sup>6</sup>, MIRANDA; Renata Costa de <sup>7</sup>, LEVY; Renata Bertazzi <sup>8</sup>**

### RESUMO

**Objetivo:** Descrever o cenário brasileiro de regulamentação de venda de alimentos e bebidas em cantinas escolares. **Métodos:** Busca eletrônica por documentos oficiais de regulamentação do comércio de alimentos/bebidas em cantinas escolares no âmbito dos estados, capitais e cidades de grande porte (>1 milhão de habitantes) do Brasil. As buscas foram realizadas, de forma independente, por dois pesquisadores no período de abril de 2020 a janeiro de 2021, a partir da utilização de um protocolo de buscas desenvolvido para este fim. Os achados discordantes foram discutidos pelos pesquisadores e incluídos ou excluídos após consenso. **Resultados:** 78 normativas de regulação da venda de alimentos e bebidas em cantinas escolares foram encontradas, sendo a maior parte (56,4%) do âmbito estadual. As normativas foram publicadas entre 1991 e 2020, sendo 51 leis (65,9%), 10 portarias (12,8%), 9 decretos (11,5%) e 8 (9,8%) foram caracterizadas como outros tipos de normativas, dentre elas resoluções e portarias conjuntas. São oriundas de 43 localidades, incluindo 18 estados, Distrito Federal e 24 cidades. A determinação mais frequentemente encontrada nas normativas é a proibição (81,3%), seguida da obrigação (32,8%) de se comercializar alimentos/bebidas específicos. Três normativas determinam o fechamento de cantinas escolares, sendo 2 estaduais e 1 municipal. A restrição da publicidade de alimentos foi regulada por 23,4% das normativas e ações de educação alimentar e nutricional foram determinadas por 43,8%. **Conclusões:** O diagnóstico sobre o cenário brasileiro da regulamentação do ambiente alimentar escolar é importante para o direcionamento de políticas públicas que visem a promoção de ambientes alimentares saudáveis.

**PALAVRAS-CHAVE:** Relato de pesquisa, 4- Políticas públicas e intervenções em ambientes alimentares

<sup>1</sup> Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, mayra.barata@usp.br  
<sup>2</sup> Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, luiza.antoniazzi@hotmail.com  
<sup>3</sup> Faculdade São Camilo, g.durigan@yahoo.com.br  
<sup>4</sup> Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, evelyn.silva@usp.br  
<sup>5</sup> Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, anaxavier@usp.br  
<sup>6</sup> Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, mirena@alumni.usp.br  
<sup>7</sup> Universidade Federal do Triângulo Mineiro, renata.miranda@ufmt.edu.br  
<sup>8</sup> Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, rlevy@usp.br